



Revista de Administração Pública - RAP

ISSN: 0034-7612

deborah@fgv.br

Escola Brasileira de Administração Pública e
de Empresas
Brasil

Misoczky, Maria Ceci

Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora

Revista de Administração Pública - RAP, vol. 43, núm. 5, septiembre-octubre, 2009, pp. 1147-1180

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016447007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora*

Maria Ceci Misoczky**

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. A hibridização entre teoria(s) do capital social e a abordagem de redes sociais; 3. A abordagem de redes nos estudos sobre movimentos sociais; 4. Retomando a rede como metáfora e explorando outras metáforas; 5. A título de conclusão, em tom de manifesto.

SUMMARY: 1. Introduction; 2. The hybridization between social capital theory/theories and the social network approach; 3. The network approach in the study of movements; 4. Returning to the networks as a metaphor and exploring other metaphors; 5. As a conclusion, with the tone of a manifest.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais; redes; modelos; metáforas.

KEY WORDS: social movements; networks; models; metaphors.

Este artigo faz parte de um conjunto de reflexões sobre as consequências do uso de abordagens fortemente influenciadas pela lógica empresarial como lentes para compreender movimentos orientados pela oposição a essa lógica. Neste artigo a preocupação é retomada, aprofundando a abordagem de redes. O ponto de partida foi uma apropriação crítica de autores e formulações representativos dessa abordagem. Foi impossível deixar de lado a hibridização entre a(s) teoria(s) do capital social e a abordagem de redes sociais. Parte deste artigo redundou em retirar as formulações de Pierre Bourdieu da vala comum, em que leituras equivocadas as têm jogado, ao classificá-lo como um teórico do capital social e da análise de redes. Também é revisada a expressão predominante da abordagem de redes nos estudos sobre movimentos sociais. Finalmente é abordada a distinção entre metáfora e modelo. A partir daí se pode afirmar que a retomada da estratégia discursiva da metáfora

* Artigo recebido em mar. e aceito em ago. 2009.

** Doutora em administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora. Endereço: Escola de Administração/UFRGS — Av. Washington Luis, 855 — CEP 90010-460, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: mcaraujo@ea.ufrgs.br.

poderia abrir espaço para reconhecer o novo, o que está em construção, e o que ainda não é. Além disso, possibilitariam a coerência com a razão de ser do objeto a ser estudado. Nesse sentido são apresentadas três metáforas — fluidos, teias e rizomas — de modo a ilustrar as potencialidades contidas no uso desse recurso no estudo de movimentos sociais.

Network approaches in the study of social movements: between model and metaphor

This article is part of a reflexive effort directed to discuss the consequences of the use of approaches strongly influenced by entrepreneurial logics as lenses to understand social movements oriented by the opposition to such logic. In this text this preoccupation is directed to the network approach. The point of departure is a critical appropriation of representative authors and formulations of such approach. In this review it was impossible to avoid the hybridization between social capital and social network. A relevant part of this review was the separation of Pierre Bourdieu's formulations from the common place they had been thrown by readings which classify him as an author of social capital and network analysis. Following, the article reviews the predominant use of network approaches in the study of social movements. Finally, it shows the distinction between metaphor and model. From such distinction it is possible to state the potential of the metaphor discursive strategy as a means to open space for the recognition of the new, of what is being constructed, of what is-not-yet. Besides that, it would be coherent with the *raison d'être* of the study subject. In that sense, three metaphors are present — fluids, webs and rhizomes — to illustrate the potentialities contained in the use of such resource in the study of social movements.

1. Introdução

No grupo de pesquisa sobre organização e práxis libertadora constatamos que as abordagens dominantes sobre movimentos sociais são marcadas por formulações originalmente pensadas para organizações de negócios no mercado. Em artigo anterior (Misoczky, Flores e Goulart, 2008) realizamos uma revisão da trajetória dessas abordagens, focalizando na Teoria da Mobilização de Recursos, na Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas e no esforço de convergência entre as mesmas, na aproximação recente entre teoria de movimentos sociais e teoria institucional, e na abordagem de redes. Refletimos também sobre as consequências do uso de abordagens fortemente influenciadas pela lógica empresarial como lentes para compreender movimentos orientados pela oposição a essa lógica. Neste artigo esta preocupação é retomada, aprofundando agora a abordagem de redes.

A metáfora da rede foi usada pela primeira vez na década de 1930, pelo antropólogo Radcliffe Brown. Na década seguinte as análises de rede seguiram três desenvolvimentos principais: análise sociométrica e teoria dos grafos;¹ padrões de relações interpessoais e cliques; estrutura de relações comunitárias em tribos e sociedades aldeãs. A influência dos acadêmicos de Harvard, e sua ênfase em fatores estruturais relacionados à estabilidade, coesão e integração de comunidades, levou ao abandono da rede como metáfora e à adoção da rede como modelo de análise. Foi nesse contexto que a expressão *redes sociais* começou a ser utilizada.² Os estudos sobre redes sociais têm sido, desde então, predominantemente descritivos das propriedades de estruturas sociais e relações entre indivíduos; tendência reforçada pelos avanços nas técnicas computacionais (Scott, 1992; Wasserman e Faust, 1994).

Para argumentar na defesa do retorno à metáfora, foi necessário partir de uma apropriação crítica de autores e formulações representativas da abordagem de redes. Foi impossível deixar de lado a hibridização entre a(s) teoria(s) do capital social e a abordagem de redes sociais. Parte relevante do artigo redundou em retirar as formulações de Pierre Bourdieu da vala comum em que leituras equivocadas as têm jogado, ao classificá-lo como um teórico do capital social e da análise de redes. Este é o conteúdo da próxima seção.³ Na sequência é revisada a expressão predominante da abordagem de redes

¹ Especificamente no campo disciplinar dos estudos organizacionais, no Brasil, a abordagem de redes tem se disseminado de modo mais intenso em sua vertente mais estruturalista e de representação gráfica, com frágil ou ausente tratamento de aspectos históricos e sociais e, mesmo, do conteúdo e significado das relações que acaba, ao final, por meramente descrever. A representação gráfica segue a teoria dos grafos, que se originou da necessidade de representar de modo esquemático as relações existentes entre os elementos de um conjunto. É, portanto, um ramo específico da teoria das relações binárias definidas em um conjunto. Grafo é uma estrutura constituída por um conjunto finito de vértices (ou nós) e um conjunto finito de arestas, de tal forma que cada aresta esteja associada a um par de vértices. Se entre dois vértices existir mais de uma aresta e for necessário efetuar distinções, o grafo correspondente passa a se chamar multigrafo e as várias arestas que ligam os mesmos dois vértices também se designam por arestas múltiplas. No entanto, na literatura específica, em geral o termo grafo é empregado mesmo quando possui arestas múltiplas. Trata-se de uma importante ferramenta matemática para a modelagem e também para representar situações através de diagramas. Foi desenvolvida pelo matemático suíço Leonhard Euler, no século XVIII, quando ele constatou que um grafo simples, desenhado na sua forma planar, e conexo, dividia o plano em um certo número de regiões, incluindo regiões totalmente fechadas e a região infinita exterior (Pinto, 2006).

² O primeiro autor a fazê-lo teria sido John Barnes, em 1954, no estudo *Class and committees in a Norwegian Island Parish*.

³ Esse item foi beneficiado pelas discussões, na aula sobre redes, com os alunos da disciplina Teorias Organizacionais: Estudos Avançados, do doutorado do PPGA/UFRGS.

nos estudos sobre movimentos sociais. Finalizando, é abordada a distinção entre metáfora e modelo, a partir da qual se pode afirmar que a retomada da estratégia discursiva da metáfora e o abandono das trilhas por demais estreitas e limitantes, impostas pelo uso de modelos, poderiam abrir espaço para reconhecer o novo, o que está sendo construído, o que ainda não é.⁴ Além disso, possibilitariam a coerência com a razão de ser do objeto a ser estudado. Nesse sentido, são apresentadas três metáforas — fluidos, teias e rizomas — de modo a ilustrar as potencialidades contidas no uso deste recurso no estudo de movimentos sociais.

Este artigo parte do convencimento de que a aplicação acrítica de modelos pré-construídos tende a naturalizar as formas e práticas hegemônicas de organizar. Em oposição, acreditamos que os estudiosos críticos das organizações têm como uma das tarefas políticas mais urgentes explorar os processos de organização da resistência e das lutas sociais, que tendem a ser ignorados pelo discurso organizacional contemporâneo. Um modo de fazê-lo é refletir e tornar visíveis esses processos de organização (Misoczky, Flores e Böhm, 2008). Para fazê-lo, é preciso escolhas seletivas e críticas dos referenciais a serem utilizados, sob pena de, como será abordado na parte final deste artigo, em vez de contribuímos para tornar visíveis organizações e práxis libertadoras, as caemos submetendo-as a modelos gerados para apoiar o desempenho de práticas e relações sociais que são o seu alvo de contestação.

2. A hibridização entre teoria(s) do capital social e abordagem de redes sociais

Ao iniciar a revisão pela aproximação entre capital social e redes sociais não se pretende, de modo algum, tratá-las como equivalentes, mas como comple-

⁴ Ernst Bloch (2005:301) trata o não como a carência de algo, e também como fuga dessa carência, como impulso. O não, porque não suporta estar consigo mesmo “tende a referir-se ao aí de um algo”. Ao ser, em um primeiro momento, o ponto inicial de todo movimento em direção a algo não se pode confundir o não com o nada. O não “se situa na origem como aquilo que ainda está vazio, indefinido, não decidido, como partida para o início; o nada, em contraposição, é algo definido”. O ato do nada é a aniquilação, enquanto o não é o vazio e o impulso para dele escapar. O não, o ainda não, o nada ou então o tudo, são distinguidos como aqueles que “caracterizam nos seus três momentos principais a matéria do mundo que se move intensamente”. Portanto, designam categorias do real: o não caracteriza a origem intensiva; o ainda não a tendência no processo material, “como a origem que vai se externando pelo processo, que tende para a manifestação do seu conteúdo”; o nada, ou então, o tudo, caracteriza a latência presente nessa tendência.

mentares. Nas palavras de Lin (2008:50), “as redes oferecem a condição necessária para acesso e uso de recursos imbricados. Sem redes seria impossível capturar os recursos imbricados”.

Tomamos nesta seção a tipologia construída por Scholz (2003) sobre teorias que tratam do capital social, apresentada no quadro. A hibridização entre capital social e redes é autoevidente, como veremos.

Tipologia de teorias sobre capital social

	Nível de observação	
	Micro	Macro
Coesão social	Utilitarismo racional Autor: Coleman Pergunta central: status obtido Ênfase: ação com propósito Origem teorizada: escolha Conceitos-chave: fechamento, multiplexidade Unidade de obs.: individual	Funcionalismo estrutural Autores: Putnam, Fukuyama Pergunta central: cooperação Ênfase: aspectos cognitivos Origem teorizada: normas Conceito-chave: confiança Unidade de obs.: sociedades nacionais
Desigualdades sociais	Sociologia econômica Autores: Lin, Granovetter Pergunta central: tomada de decisão Ênfase: aspectos estruturais Origem teorizada: redes Conceitos-chave: troca social Unidade de obs.: redes sociais	Perspectiva do conflito Autor: Bourdieu Pergunta central: reprodução social Ênfase: poder simbólico Origem teorizada: encobertoamento Conceitos-chave: <i>habitus</i> e campo Unidade de obs.: frações de classe social

Fonte: Scholz (2003:8).

O utilitarismo racional

Apesar de James Coleman ser o expoente dessa vertente, é preciso reconhecer as bases de sua formulação e sua relação com outros autores, em especial com Gary Becker⁵ (1993) e seu tratamento da sociedade como se fosse um mercado composto por indivíduos atomizados tomadores de decisão.

⁵ Becker recebeu o prêmio Nobel de Economia de 1992.

Becker (1993) parte da suposição de que todos os indivíduos são idênticos e motivados exclusivamente pelo desejo de maximizar seu próprio bem-estar. Ele foi o primeiro a utilizar a expressão capital social, e o fez preservando o individualismo metodológico⁶ e a racionalidade econômica como referências centrais para suas elaborações. Capital social é uma variável dependente de fatores fora do controle ou da escolha do indivíduo que, em sua função de utilidade, afetam tanto o bem-estar como as escolhas. Segundo Becker (1993:12) “o efeito do meio social, um estoque de capital social dos indivíduos depende não primariamente de suas próprias escolhas, mas das escolhas de seus pares em sua rede relevante de interações”. Nesse sentido, o capital social depende das escolhas feitas pelos outros com pouco ou nenhum efeito no próprio capital social, mas com efeitos significativos, quando agregados, sobre toda a rede de indivíduos. Na sua abordagem já estão as categorias que continuarão presentes nos desdobramentos posteriores: externalidades, redes, normas, interações e forças sociais.

Becker era colega de Coleman na Universidade de Chicago. Ambos compartilhavam, além de atividades nos departamentos de economia e de sociologia, a ênfase na escolha racional (Fine, 2001). Para Coleman (1988:98), capital social se refere a “uma variedade de entidades que têm duas características em comum: todas consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam certas ações de indivíduos que estão nesta estrutura”. O capital social é, também, a “habilidade das pessoas para trabalharem juntas, em grupos e organizações, para atingir objetivos comuns” (Coleman, 1988:95). O capital social é entendido em termos funcionais e se relaciona a aspectos normativos que levam à integração social. O sistema social, por sua vez, é constituído pela agregação das relações sociais entre indivíduos (Coleman, 1994). Portanto, o social deriva do histórico e de características universais dos indivíduos.

⁶ O individualismo metodológico se refere ao método que pretende explicar o todo em termos das propriedades das suas partes individuais. “Os constituintes do mundo social são pessoas individuais que agem mais ou menos apropriadamente à luz de suas disposições e entendimentos da situação. Cada situação social complexa, instituição ou evento, é o resultado de uma configuração particular de indivíduos, de suas disposições, situações, crenças, recursos físicos e ambiente (...) Não chegaremos à explicação fundante de fenômenos de larga escala até que o tenhamos deduzido a partir de afirmações sobre as disposições, crenças, recursos e inter-relações de indivíduos” (Watkins, 1968:270-271). Portanto, apenas indivíduos têm metas e interesses, e o todo se forma pela agregação das partes individuais. Para Elster (1982:48), o individualismo metodológico é uma “doutrina sobre todas os fenômenos sociais (suas estruturas e mudanças) que são em princípio explicáveis somente em termos de indivíduos — suas propriedades, metas e crenças”.

De modo coerente com o paradigma estrutural funcionalista a que se vincula, Coleman (1990) considera que a fonte do capital social está nos aspectos formais das estruturas sociais. Por exemplo: redes fechadas e multiplex de atores devem produzir ou possuir altos níveis de capital social. Assim, ao princípio da ação racional, Coleman (1990) acrescenta o efeito da estrutura sobre o comportamento dos atores. Em redes, o fechamento se refere à estrutura das relações sociais, multiplexidade se refere à multiplicidade de circunstâncias nas quais as relações acontecem (local de trabalho, igreja, vizinhança etc.). Efêmero, o capital social só pode ser identificado por sua função e pode ser adquirido por grupos e por indivíduos, desde que se orientem por objetivos. Corporações e comunidades podem possuir capital social do mesmo modo que um indivíduo.

Do ponto de vista do método, a estratégia de Coleman (1988) envolve identificar o recurso adquirido por um indivíduo ou ator corporativo para, posteriormente, identificar quais foram os componentes da organização social que contribuíram para o valor produzido. Uma decorrência desse método reside na suposição de que o capital social é sempre benéfico. Por isso, as formulações de Coleman (1993) têm um caráter normativo, projetando sobre a sociedade os supostos méritos do capital social, como em suas afirmações de que aqueles que não criam seus filhos adequadamente impõem uma externalidade à sociedade por desperdiçar suas mentes e por criar, para eles, uma perspectiva futura de criminalidade e adição a drogas. Com as escolas incapazes de suprir as tarefas não realizadas pelos pais, o autor sugere que estes sejam premiados por construir o capital social de suas crianças por meio de um sistema de pagamento por resultados, com prêmios maiores para aqueles que superaram maiores dificuldades.

***O funcionalismo estrutural*⁷**

Apesar de orientar suas formulações além da consideração de indivíduos e corporações, focando na sociedade, Putnan (1993) não deixa de ser tributário do modelo utilitarista de Coleman. O autor desenvolve instrumentos empí-

⁷ A obra de Francis Fukuyama (1995:26) não será considerada em função de seu trânsito reduzido em nosso meio. Para não deixar de mencionar, registra-se sua definição de capital social: “uma capacidade que decorre da prevalência da confiança em uma sociedade ou em partes dessa”. Por confiança ele define “a expectativa que surge em uma comunidade de comportamentos regulares, honestos e cooperativos, baseados em normas compartilhadas”.

ricos para verificar em que medida o capital social pode ajudar a resolver os problemas da ação coletiva através da cooperação social (Higgins, 2005). Por isso, suas categorias centrais são confiança, normas e sistemas. O trabalho que difunde a versão putniana de capital social se origina de seus estudos sobre os governos locais do sul e do norte da Itália (Putnan, 1993). Posteriormente, Putnan (1995, 2000) estudou o associativismo e as práticas políticas nos Estados Unidos.

Capital social é definido como aqueles “aspectos da organização social, como redes, normas e confiança social, que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício mútuo”. O capital social é composto por normas sociais e de estruturas que garantem que as pessoas evitem comportamentos de maximização da utilidade em detrimento dos objetivos do coletivo (Putnan, 1995:67).

Nos seus estudos na Itália, Putnan (1993) considerou capital social a formação de associações ditas horizontais na sociedade civil, nos interstícios entre governo e mercado. Tais associações cívicas teriam prosperado e, com elas, também a democracia e o crescimento econômico no norte; o que não teria ocorrido no sul. A associação entre sociedade civil e desempenho político e econômico é explicada por um processo interno — os membros de uma associação formada para um objetivo específico se familiarizam entre si e desenvolvem laços de confiança; e por um processo externo — o capital social induz um *ethos* geral de confiança que se dissemina por todo o tecido social.

Estoques de capital social, tais como confiança, normas e redes, tendem a se autorreforçar e acumular. Círculos virtuosos resultam em equilíbrio social com altos níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, engajamento cívico e bem-estar coletivo. (...) Este argumento sugere que pode haver pelo menos dois equilíbrios amplos para os quais todas as sociedades que enfrentam problemas de ação coletiva (isto é, *todas* as sociedades) tendem a evoluir e que, uma vez atingidos, tendem a ser autoalimentadores.

(Putnan, 1993:177)

Temos uma prescrição universal para a evolução de todas as sociedades. Como toda prescrição, essa também é a-histórica e associal. Aliás, até mesmo a dimensão econômica é negligenciada.

Fine (2001) considera que Putnan (1993) toma uma teoria já pronta, a da especialização flexível (Piore e Sabel, 1984:275), na qual o problema da microrregulação consiste em

um duplo dilema com uma única solução. A primeira parte do dilema é a reconciliação da competição e da cooperação. A segunda é a regeneração de recursos requeridos pela coletividade, mas não produzidos por unidades individuais em que eles são compostos. A solução comum é a fusão da atividade produtiva, no estreito senso, com a ampla vida da comunidade. A mesma experiência ensina as pessoas sobre quais habilidades requerer; como colaborar; e o que elas não podem fazer em sua competição pela honra na comunidade. (...) na especialização flexível é difícil dizer onde a sociedade (na forma da família e do vínculo escolar, ou das celebrações comunitárias sobre ética e identidade política) termina, e onde a organização econômica começa.

Como se pode constatar na citação do trecho dos autores-chave deste artigo, há sim muita similaridade com as suposições de Putnan (1993); como por exemplo, sua afirmação de que a indústria de pequena escala poderia sobreviver e competir em um contexto de indústrias crescentemente maiores e redundantes desde que se localize em distritos ou comunidades adequadamente cooperativos (Fine, 2001).

As críticas às formulações de Putnan em muitos aspectos se aproximam das críticas às proposições de Coleman: negligenciam o poder; realizam uma análise econômica limitada; ignoram aspectos históricos; tratam as relações sociais subordinando-as à lógica econômica; a sociedade é, para o primeiro, mero agregado de indivíduos que escolhem de modo racional; para o segundo, é uma divisão confusa e pouco fundamentada entre sociedade civil, governo e mercado.

Fine (2002:796-798) sintetiza suas críticas aos *capitalistas sociais*: (1) sua atração deriva do seu escopo de aplicação e de sua capacidade de servir acriticamente para diversas análises, “o capital social é de amplo espectro, capaz de complementar a economia com a engenharia social — o princípio da autoajuda elevado do indivíduo para um certo nível coletivo de *comunidade*”; (2) a definição é elusiva, mais variáveis podem ser incluídas a qualquer momento; (3) capital social explica tudo, dos indivíduos à sociedade — “o pobre, o criminoso, o corrupto, a família disfuncional, a escola, a vida comunitária, o trabalho e a organização, democracia e governança, ação coletiva, sociedades transicionais, recursos intangíveis ou qualquer aspecto do desempenho social, cultural e econômico”; (4) os aspectos críticos presentes nas formulações de Pierre Bourdieu foram exorcizados e trocados pela sociologia da escolha racional;⁸ (5) a própria denominação mostra a fraqueza do conceito — “o social

⁸ Como veremos adiante.

justaposto a capital para indicar uma categoria distinta é um indicativo do fracasso em entender o capital como social em suas formas econômicas, supostamente não sociais”; (6) como o capital social é associal e a-histórico, sua incorporação no campo do apoio ao desenvolvimento através do Banco Mundial é uma decorrência natural; (7) apesar de trair suas origens, mascarando-as, a abordagem continua tributária da tentativa de estabelecer o reducionismo econômico da escolha racional na teoria social; (8) economistas que adotam essa abordagem são vistos como civilizando-se, ao levar em conta o social, sociólogos são louvados por adotarem uma postura interdisciplinar, no entanto, a única abordagem considerada é a ortodoxa — “ela prepara as ciências sociais para o avanço colonizador da abordagem econômica *mainstream*”.

A sociologia econômica

Lin (2008) desenvolve uma teoria de redes baseada no capital social e com centralidade nos padrões das relações sociais, que variam em intensidade e reciprocidade dos laços. O autor diferencia três dimensões das relações sociais que mudam a intensidade e a reciprocidade:

- ▼ interna — relações próximas e de confiança, laços de compartilhamento de sentimentos e apoio mútuo, essas relações conectam porque é preciso haver reciprocidade nas trocas para que elas se mantenham;
- ▼ intermediária — laços em que geralmente ocorre o compartilhamento de recursos e informação, mas nem todos os membros têm interação direta uns com os outros, nem mantêm relações fortes e recíprocas entre eles. Essas relações são típicas de muitas redes sociais com um misto de laços fortes e fracos ou de laços diretos e indiretos. Esses laços produzem aderência porque certos interesses e características compartilhados mantêm os laços em um círculo social;
- ▼ externa — relações de identidade e membrancia compartilhadas, ainda que os membros possam não interagir entre si. A coletividade ou a instituição garante o suporte para a identidade (igreja, clube etc.). Essas relações, mediadas pela coletividade, fornecem aos membros um sentido de pertencimento;
- ▼ quanto essas dimensões das relações servem aos participantes dependerá dos seus propósitos ou metas, se instrumentais ou expressivos (Lin, 2001). Na ação instrumental o propósito é obter recursos novos ou adicionais; na

expressiva é manter ou preservar recursos existentes (o que não deixa de ser instrumental). A estratégia da rede para a ação expressiva é ligar aqueles que compartilham recursos similares e que são simpáticos à necessidade daquele que quer preservar os recursos, estando preparados para lhe dar apoio e ajuda. Portanto, conexão e aderência são importantes para avaliar e mobilizar os recursos necessários. Já a estratégia da rede para a ação instrumental é mais complexa, e é preciso considerar a riqueza do capital social em cada uma das dimensões;

- ▼ nos estudos organizacionais as formulações de Mark Granovetter exercem uma importante influência. Embora Mark Granovetter não conste no quadro original de Scholz (2003), e esse autor praticamente não faça qualquer menção ao tema do capital social, essa noção é considerada subjacente ao uso que faz das noções de laços fortes e laços fracos. Além disso, uma de suas pretensões é exatamente a de aproximar a economia da sociologia. Portanto, a opção foi incluí-lo nesta parte do artigo.

A grande contribuição desse autor seria considerar a ação econômica uma ação social, o que, para aqueles que aceitam a já mencionada posição de Fine (2002), seria mais uma obviedade do que uma contribuição. No entanto, ao considerarmos que a contribuição pretendida se dirige para a economia neoclássica, podemos dizer que se trata de um esforço para artificialmente reconectar relações artificialmente rompidas: mercado e sociedade, ação individual e ação social, economia e política.

Uma síntese de suas formulações precisa incluir as seguintes afirmações: a ação econômica é socialmente situada; as ações individuais estão imbricadas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais; o imbricamento relacional diz respeito a relações pessoais mais imediatas do indivíduo; o imbricamento estrutural se refere às relações às quais o indivíduo acede graças a seus laços fortes (aqueles mantidos com parentes próximos e amigos) e, principalmente, graças aos laços fracos (mantidos com conhecidos) que o colocam em contato com universos sociais distintos; as ações dos atores sociais são condicionadas pelo seu pertencimento a essas redes de relações interpessoais; instituições resultam da agregação de ações individuais e sua forma é condicionada pelo conteúdo e pela estrutura das relações sociais nas quais a ação econômica está imbricada, ou seja, pela configuração das redes sociais; as redes sociais são fonte da confiança necessária para o desenvolvimento econômico (Granovetter, 1992; 1994). Tais formulações enfatizam a ação racional dos atores em rede e expressam o predomínio de uma lógica

utilitarista na razão de ser das relações entre os indivíduos. De fato, não há qualquer ruptura com o pressuposto do indivíduo que se move por interesses da economia neoclássica e, mesmo, da economia dos custos de transação da qual o autor pretende se distanciar.

Wacquant (1992) critica o empirismo ingênuo que, na vertente da sociologia econômica, decorre da não consideração das relações de forças invisíveis e da limitação à descrição de interações empiricamente observáveis, como percebemos no conceito de redes formulado por Swedberg e Granovetter (1992:9): “um conjunto regular de contatos ou conexões sociais similares entre indivíduos ou grupos”.

A perspectiva do conflito

Bourdieu (2000a) opõe a teoria do campo à visão atomista e mecanicista que reduz os agentes a pontos materiais cujas preferências, inscritas como uma função de utilidade exógena ou imutável (na variante de Gary Becker), determinam as ações de modo mecânico. Também a opõe à visão interacionista (na versão de Mark Granovetter), cuja representação do agente como átomo calculador permite a co-habitação com a visão mecanicista. Na visão interacionista, afirma Bourdieu (2000a), a ordem social e econômica se reduz a uma multidão de indivíduos interatuantes.

Antes de avançar nas críticas de Bourdieu é preciso esclarecer seus conceitos centrais e inter-relacionados: *habitus* e campos.

O campo, de acordo com Bordieu e Wacquant (1992:97), é definido como

uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação presente ou potencial na estrutura de distribuição de espécies de poder (ou capital) cuja posse permite acesso aos lucros específicos que estão em disputa no campo, bem como por sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.).

O campo não é uma estrutura estática, mas um espaço de jogo, que existe apenas na medida em que os jogadores entram nele acreditando e perseguindo ativamente os prêmios que ele oferece. Esses jogadores ou participantes constantemente trabalham para se diferenciar dos seus rivais mais próximos, para reduzir a competição e estabelecer um monopólio sobre um

subsetor particular do campo, cujos limites estão situados no ponto em que seus efeitos cessam; limites esses que devem, e podem, ser estabelecidos a partir de verificação empírica. Em outras palavras, um agente e/ou uma instituição pertencem a um campo desde que produzam e sofram os seus efeitos. Assim, os limites do campo se definem no próprio campo; muito raramente eles tomam forma de fronteiras jurídicas, ainda que sejam sempre marcados por “barreiras de entrada” mais ou menos institucionalizadas (Bourdieu e Wacquant, 1992).

Em um determinado campo, diferentes tipos de capital ou de poder são valiosos. O capital se apresenta através dos seguintes tipos principais: econômico, cultural, social e simbólico (Bourdieu e Wacquant, 1992). O entendimento do capital econômico é bastante simples e direto, referindo-se aos próprios recursos financeiros do agente. O capital cultural, também chamado de capital informacional, existe sob a forma incorporada, objetivada ou institucionalizada. O capital social é a soma dos recursos, reais ou virtuais, acumulados pelo agente por possuir uma rede durável de relacionamentos, mais ou menos institucionalizados, de reconhecimento e familiaridade. O capital simbólico, noção central na obra de Bourdieu (1984, 1998), é a forma pela qual uma ou outra dessas espécies anteriormente citadas de capital se transfiguram ao serem incorporadas por meio de categorias de percepção que reconhecem sua lógica específica sem reconhecer a arbitrariedade de sua posse e acumulação. Ter a noção de que um capital pode tomar uma variedade de formas é indispensável para compreender a estrutura e dinâmica de sociedades diferenciadas, uma vez que um capital não existe e não funciona, exceto em relação a um campo. Por isso, isolar o capital social do arcabouço teórico-conceitual no qual ele se origina suprime seu sentido fundante e sua razão de ser.

A cada momento, é o estado da relação de forças (capitais) entre os agentes (jogadores) que define a estrutura do campo. A força relativa de cada jogador depende, portanto, do volume e da estrutura de seu capital, além das alterações ao longo do tempo desse volume e dessa estrutura, o que vai determinar sua trajetória social e suas disposições (seu *habitus*). O capital confere ao seu possuidor um poder sobre o campo — sobre os instrumentos de produção ou reprodução materializados ou incorporados, cuja distribuição constitui em si mesma a estrutura do campo; e sobre as regularidades e as regras que definem o funcionamento do campo (Bourdieu e Wacquant, 1992).

O *habitus*, por sua vez, é “um conjunto de relações históricas ‘depositadas’ nos corpos individuais na forma de esquemas mentais e corpóreos de percepção, apreciação e ação”. Trata-se de um mecanismo estruturante que opera a partir dos agentes, apesar de não ser estritamente individual,

nem em si mesmo completamente determinante de condutas. O *habitus* é o princípio gerador de estratégias que permite aos agentes lidarem com situações imprevistas e sempre em modificação; um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepção, apreciação e ação que torna possível a execução de tarefas infinitamente diversificadas. Como resultado da internalização de estruturas externas, o *habitus* reage às solicitações do campo de uma maneira coerente e sistemática. É um coletivo individualizado por meio da corporificação, ou o indivíduo biológico coletivizado pela socialização; é uma estrutura profunda, historicamente constituída, institucionalmente fundamentada e, portanto, socialmente variável (Bourdieu e Wacquant, 1992:16-18).

A relação entre *habitus* e campo opera de duas formas. De um lado, é uma relação de condicionamento: o campo estrutura o *habitus*, que é o produto da incorporação na necessidade imanente do campo ou de um conjunto de campos que se cruzam. De outro lado, é uma relação de conhecimento ou uma construção cognitiva. O *habitus* contribui para a construção do campo como um mundo com significado, dotado de sentido e valor, no qual vale a pena investir energia (Bourdieu e Wacquant, 1992).

Os conceitos de campo e *habitus* são essenciais para compreender a crítica de Bourdieu (2000a:22-226) a Granovetter:

Aqueles que, para escapar à representação do agente econômico como mônada egoísta encerrada na busca estreita de seu interesse e como ator atomizado tomando decisões fora de qualquer pressão social, recordam, como o faz Mark Granovetter, que a ação econômica segue imersa em redes de relações sociais que geram confiança e desalentam as ações nocivas, só se separam do individualismo metodológico para cair na visão interacionista que, ignorante da coação estrutural do campo, não querem (ou não podem) conhecer mais que o efeito da previsão consciente e calculada que, presumivelmente, cada agente faz sobre os efeitos de sua ação sobre os outros agentes⁹ (...), ou o

⁹ Bourdieu rejeita intensamente o que chama de “falácia da teoria da ação racional”. Referindo-se, entre outros, a Coleman, afirma que essa teoria reifica modelos hiper-racionalistas de ação e os injeta na mente dos agentes. Em outra passagem se refere à teoria da ação racional como uma concepção “estreita e economicista” que “ignora a história individual e coletiva dos agentes através da qual a estrutura de preferências que os habita é constituída em uma dialética temporal complexa com as estruturas objetivas que as produzem e que tendem a reproduzir” (Bourdieu e Wacquant, 1992:40-123).

efeito, pensado como influência, que as redes sociais, os outros agentes ou normas sociais supostamente exercem sobre ele. Outras tantas soluções que, ao suprimir todos os efeitos da estrutura e todas as relações objetivas de poder, equivalem a propor uma falsa superação da alternativa, também falsa, entre o individualismo e o holismo. Não se trata de negar a eficiência das redes (ou melhor, do capital social) no funcionamento do campo econômico; o certo é que as práticas econômicas dos agentes, e o poder mesmo das redes nas quais toma parte e onde faz sentido uma noção rigorosamente definida de capital social, dependem antes de tudo da posição que estes agentes ocupam nos microcosmos estruturados que são os campos econômicos.

As formulações de Bourdieu têm, no seu centro, a categoria poder, como se pode ver na explicitação de seu distanciamento da teoria de redes em uma resposta quando perguntado se haveria um conjunto de sobreposições entre sua análise do Estado e essa teoria.

Eu poderia lembrar aqui a distinção que estabeleci, contra Max Weber em particular, entre estrutura e interação ou entre uma relação estrutural que opera de um modo permanente e visível, e uma relação efetivada em e por uma troca particular. De fato, a estrutura de um campo, entendida como um espaço de relações objetivas, relações entre posições definidas por seu ranking na distribuição de poderes ou tipos de capital em competição, é diferente das redes mais ou menos duradouras que as representam. É essa estrutura que determina a possibilidade ou a impossibilidade (ou, para ser mais preciso, a maior ou menor probabilidade) de observar o estabelecimento de ligações que expressam ou sustentam a existência de redes. A tarefa da ciência é revelar a estrutura da distribuição de tipos de capital que tendem a determinar a estrutura das ações individuais ou coletivas, através dos interesses e disposições que manifestam. Na análise de redes o estudo destas estruturas subjacentes tem sido sacrificado pela análise de ligações particulares (entre agentes ou instituições), bem como dos fluxos (informações, recursos, serviços etc.) que as tornam visíveis. Isso ocorre, sem dúvida, porque revelar a estrutura requer a adoção de um modo relacional de pensar que é mais difícil de traduzir em dados e formalizações quantitativas, a não ser sob a forma de análise de correspondência.

(Bourdieu e Wacquant, 1992:114)

Primeira síntese reflexiva

Em termos paradigmáticos,¹⁰ as formulações do utilitarismo racional, do funcionalismo estrutural e da sociologia econômica são comensuráveis, já que compartilham na ontologia um realismo ingênuo, ao supor que a realidade pode ser apreendida e reproduzida — na epistemologia uma atitude objetivista; na metodologia uma estratégia empiricista e de lógica quantitativa, ainda que possam usar dados qualitativos. Além disso, prevalece a análise nomotética — o objetivo dos estudos é preditivo; a neutralidade é uma suposição e a ética é extrínseca, já que os estudiosos pretendem descrever fenômenos de modo desinteressado.

Estas formulações são incomensuráveis com as de Pierre Bourdieu, fundadas em um realismo histórico moldado por aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos que se sedimentam ao longo do tempo: no reconhecimento de que todo ato de produção de conhecimento é mediado por valores e relações de poder; no propósito de explicitar os fundamentos da reprodução da ordem social na perspectiva da sua transformação; em procedimentos de construção do objeto de estudo e da prática de pesquisa fundamentados em uma teoria da prática, que recusam tomar objetos pré-construídos e aplicar modelos a objetos extraídos do senso comum.

Bourdieu não pode ser definido como um teórico sobre redes ou capital social, ainda que ambas apareçam em suas formulações. Quando isso ocorre, essas categorias estão sempre colocadas como partes inseparáveis de um arcabouço teórico que se organiza em torno da relação entre campo e *habitus*. Diferente das abordagens descritivas racionalistas e funcionais, Bourdieu oferece uma teoria relacional onde não existem recursos de poder ou tipos de capital que não sejam sociais, nem economia desconectada da sociedade. Pelo contrário, denuncia a economia como, no auge do neoliberalismo, tendo subordinado e redesenhado as fronteiras entre reprodução social e reprodução econômica, como se o capital não fosse uma relação social inseparável dos processos de reprodução e não envolvesse sempre poder e conflito (Bourdieu, 2001).

A noção de capital social e as três primeiras abordagens revisadas só fazem sentido se a sociedade for entendida como se fosse o mercado, onde se efetivam decisões de indivíduos atomizados e maximizadores. A adoção dessa noção e dessas abordagens nos estudos sobre movimentos sociais contestatórios da ordem estabelecida induz, portanto, a que esses sejam tratados segundo uma lógica que lhes é não apenas estranha, mas também contraditória.

¹⁰ Ver Lincoln e Guba (2000).

Já as formulações de Pierre Bourdieu têm coerentes e importantes contribuições para o estudo e a organização das lutas sociais. Girling (2004) destaca que uma importante contribuição de Bourdieu é sua insistência em que a transformação das estruturas dominantes da sociedade exige o reconhecimento e o confronto da violência simbólica, ou seja, dos modos pelos quais a dominação é exercida através de práticas e instituições que funcionam com a cumplicidade dos dominados (Bourdieu, 1998).

Outra contribuição vem do processo através do qual realiza a ruptura com o paradigma estruturalista, efetivada por meio “da passagem da regra à estratégia, da estrutura ao *habitus* e do sistema ao agente socializado, ele próprio habitado pela estrutura das relações sociais de que é produto” (Bourdieu, 2005:91).

Bourdieu oferece diversas contribuições para estudiosos interessados em colocar lado a lado os ativistas dos movimentos sociais: a centralidade do conflito em repúdio à centralidade da integração na análise das relações entre agentes sociais; a noção de campo como um espaço que se produz através da disputa pela definição de seu conteúdo e dos capitais nele valiosos; a indispensável noção de *habitus* como um sentido prático não racionalista da ação; a afirmação da impossibilidade da estabilidade estruturada e a inevitabilidade da construção constante e conflitiva da organização do mundo social; a defesa do engajamento político dos intelectuais (Bourdieu, 2000a, 2000b, 2001).

3. A abordagem de redes nos estudos sobre movimentos sociais

Nos estudos sobre movimentos sociais (MSs), a abordagem de redes foi introduzida com o propósito de compreender e realizar práticas políticas articuladoras de ações localizadas, incluindo as conexões entre o local e o supranacional ou transnacional (Sherer-Warren, 1993). Sua adoção não apenas gerou um conjunto de aplicações técnicas formais para testar hipóteses sobre a formação, mobilização, inter-relação, duração e resultado desses movimentos (Sheller, 2000), como sua influência levou à construção de uma nova definição do próprio objeto de estudo, como se verifica na afirmação de Diani (2003a:1):¹¹ “movimentos sociais são estruturas em rede altamente heterogêneas e complexas”.

¹¹ Mario Diani é um dos mais influentes acadêmicos no estudo sobre movimentos sociais no contexto europeu e norte-americano. É professor de sociologia na Universidade de Trento (Itália) e pesquisador visitante da Universidade de Strathclyde, em Glasgow (Escócia).

De acordo com um balanço realizado por Diani (2003a), a aproximação entre tal abordagem e este objeto de estudo vem se efetivando desde o final da década de 1980, com ênfase nos seguintes temas: engajamento coletivo imbricado em contextos específicos de relações; estrutura de redes em comunidades específicas e seu impacto no desenvolvimento de ações coletivas, tanto com base em modelos formais quanto em evidências empíricas; exploração de laços em mobilizações, aproximando estrutura e agência; trocas interorganizacionais sob a forma da construção de coalizões ou da superposição de membros; atividade de *networking* em comunidades virtuais ou *reais*; interseção de indivíduos, organizações e protestos ao longo de períodos de tempo; potencialização do papel de grupos de interesse.

Em um sentido mais amplo é possível identificar a ênfase em redes de indivíduos ou em redes de organizações.

McAdam (2003) considera que um dos achados mais estabelecidos nos estudos sobre MSs indica que laços sociais prévios se constituem na base para o recrutamento, e que definições sociais já estabelecidas são o lócus para sua emergência. Segundo ele, tipicamente os ativistas e simpatizantes de movimentos sociais estão ligados por laços públicos e privados muito antes que a ação coletiva se desenvolva. Ou seja, amigos, parentes, colegas e vizinhos podem afetar as decisões individuais de adesão a um movimento; o mesmo pode ocorrer com relação à participação prévia em outras atividades, em outras organizações políticas ou sociais. McAdam e Paulsen (1993) consideram que redes podem prover oportunidades para a ação através da circulação de informações sobre atividades, organizações, contatos de pessoas e redução de custos práticos. Também podem facilitar o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas e, ainda, prover o contexto para a socialização de indivíduos em conjuntos específicos de valores e para o estabelecimento de laços emocionais (Diani, 2003a). Della Porta (1988) discute quais os laços mais importantes, se os fortes ou os fracos, concluindo que os laços fortes são mais importantes em situações que envolvem riscos. Os laços fracos seriam mais relevantes para facilitar contatos e para a difusão de campanhas (Diani, 2003a).

Para Passy (2003), as redes sociais intervêm em diferentes momentos no processo individual de decidir sobre a participação em MSs: (1) as pessoas se engajam em ações coletivas porque compartilham normas e valores, ou seja, a participação decorre de um processo de identificação, e como as identidades são criadas e moldadas através de relações sociais, as redes têm um papel importante, uma função de socialização; (2) as redes têm também uma função de conexão estrutural, que ocorre no momento anterior à adesão

a um movimento (a conexão estrutural se refere à mediação entre possíveis participantes e uma oportunidade para a mobilização); (3) outra função é moldar as preferências ou percepções individuais e até as decisões, no sentido de que a decisão de aderir a uma ação coletiva seria influenciada pela ação de outros participantes. Portanto, “as redes fornecem estruturas de significado que permitem que os indivíduos criem (ou solidifiquem) identidades e estabeleçam proximidade cultural com uma disputa política específica, usualmente no longo prazo”. As redes também oferecem para os culturalmente sensíveis os temas em torno dos quais podem participar. Para que isso ocorra é indispensável a existência de confiança nos laços sociais (Passy, 2003:41).

Ansell (2003) sempre se refere a Granovetter (1985) e a Putnan (1993) para analisar o movimento ambientalista na área da baía de São Francisco (EUA). Complementando os autores mencionados, utilizou também as formulações de Gulati e Gargiulo (1999), que distinguem entre formas posicionais, relacionais e estruturais de imersão. Seu foco foi na exploração de como a imersão em uma comunidade ou em um grupo temático particular afeta as atitudes do movimento com relação à colaboração.

Diani (2003b) analisa o movimento ambientalista italiano da década de 1980, com o objetivo de verificar se a retórica da descentralização e não hierarquização de fato ocorria. Para tanto, utiliza dois critérios: a centralidade na rede e a conexão. Tais medidas podem, segundo o autor, refletir dois tipos de influência: a capacidade de atrair apoio para iniciativas específicas (centralidade); e a capacidade de conectar setores de um movimento que tenham diferentes posições. Essas medidas foram correlacionadas com indicadores externos como acesso a instituições ou à mídia.

Outra vertente de estudos que adota a abordagem de redes se desenvolve a partir da emergência de movimentos sociais transnacionais. Khagram, Riker e Sikkink (2002:7) consideram as redes transnacionais a mais informal configuração de atores não governamentais. “Redes são conjuntos de atores ligados além das fronteiras dos países por valores compartilhados, densas trocas de informação e serviços, e discursos comuns.”

Nessa mesma vertente, Della Porta (2005), em uma pesquisa sobre o fórum social europeu, identifica a presença de denso capital social, composto por experiências anteriores, como fator facilitador da construção de fortes convergências em torno de temas-chave. A presença do conceito de capital social também é central no artigo em que Diani (1997) apresenta uma abordagem para estudar a consequência de MSs que focam em sua capacidade de produzir capital social, definido como laços baseados em mútua confiança e reconhecimento entre atores envolvidos em relações. O autor considera que

o impacto dos movimentos pode ser avaliado pela mudança na centralidade relativa de seus componentes em diversas redes sociais. Quanto maior a amplitude dos laços que emergem em um período de mobilização sustentada, maior o impacto.

Bennett (2005) analisa a organização do Dia Internacional Contra a Guerra do Iraque (15 de fevereiro de 2003), concluindo que as redes pessoais teriam sido a principal fonte através das quais os participantes se informaram sobre as demonstrações. Este artigo contradiz uma importante tendência entre os autores que focam nesse nível de análise: enfatizar a centralidade do compartilhamento de informações via internet. Castells (2001) afirma que esses movimentos seriam não apenas uma rede, mas uma rede eletrônica: movimentos baseados na internet. Tarrow (2002) considera que a internet não é apenas um meio de comunicação, mas um processo organizacional. No entanto, os achados de Bennett (2005) mostram que os participantes do dia de protestos que se basearam na internet e em outras e-mídias foram aqueles que já tinham forte identificação com os movimentos de justiça global.

A principal pesquisadora brasileira sobre redes de movimentos sociais, Scherer-Warren (2000:31), considera que “as redes se referem a um tipo de relações/articulações sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes e merecem atenção especial”. Em sua proposta de abordagem a autora indica que a expressão *rede de movimento social* pode apreender o rumo das ações articuladoras de grupos com a mesma identidade social ou política, “a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas de cidadania” (Scherer-Warren, 2006).

Segunda síntese reflexiva

É interessante retomar, brevemente, a trajetória dos estudos sobre movimentos sociais, já que é sobre esta base que a abordagem de redes é incorporada. As duas vertentes centrais e complementares são a Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas (Della Porta e Diani, 2006).

Segundo McAdam e Scott (2005), em meados da década de 1960, um grupo de pesquisadores começou a formular argumentos políticos e organizacionais para tratar da insurgência social, transferindo seu foco do comportamento para a ação coletiva. Esses trabalhos questionavam as perspectivas que reduziam o fenômeno coletivo à convergência de comportamentos individu-

ais, com um enfoque a partir da psicologia e entendendo os movimentos como meras respostas reativas a crises sociais — como se encontra, por exemplo, nos estudos de Smelser (1962). Com seu desenvolvimento, esses estudos vieram a compor a Teoria da Mobilização de Recursos e, de acordo com Diani (2000), nasceram a partir dos estudos organizacionais em diálogo com a abordagem da escolha racional de Olson (1999). Nessa concepção de ação coletiva, os indivíduos se agregam para solucionar problemas que não poderiam ser enfrentados de outro modo; ou seja, uma afetação sentida individualmente é canalizada, com elevados custos, para o nível coletivo, entendido como a maximização das ações individuais. Há, também, a pressuposição de que a ação coletiva só é viável na presença de incentivos adequados e de estruturas de significados compartilhados (Olson, 1999).

A Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas, complementar à Teoria da Mobilização de Recursos, transfere o foco para o ambiente político, considerando a estrutura geradora de oportunidades e limitações. Segundo essa abordagem, as condições para a ação coletiva são encontradas em arranjos sociais preexistentes que oferecem o capital social crítico para o sucesso de processos de mobilização emergentes (Tilly, 1978).

É bastante fácil perceber as afinidades que permitem a aproximação dessa base teórica com a abordagem de redes sociais: a ênfase na escolha racional de indivíduos que irão compor coletivos; a ação coletiva como instrumento para a busca de fins; a oportunidade propiciada por laços sociais prévios ou por definições já institucionalizadas; a oportunidade decorrente de arranjos preexistentes de circulação de informações e propícios ao desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas; a importância de estruturas de significados compartilhados. Como essa base teórico-conceitual que compõe o *mainstream* dos estudos sobre movimentos sociais possui a mesma origem que as formulações sobre redes oriundas do utilitarismo racional (ação com propósito com base em escolhas racionais); do funcionalismo estrutural (cooperação baseada em aspectos cognitivos normatizados e geradores de confiança); e da sociologia econômica (estruturas de suporte a trocas sociais), a aproximação entre as duas se realiza de modo fácil e coerente.

Nos estudos mencionados está, portanto, uma tendência ao predomínio do funcional e da descrição a-histórica. Na maior parte das vezes são abordagens heurísticas que buscam padrões a partir da modelagem de fluxos de informação, influência e ação; consideram que a ação é imitativa ou induzida pela influência de terceiros ou pela mídia; são despolitizadas, em contradição com a natureza do próprio objeto — essencialmente político. A categoria poder está ausente ou, quando presente, apenas como uma função da estrutura.

Como afirmado anteriormente, as abordagens de Pierre Bourdieu teriam grande afinidade com o tema dos movimentos sociais. Crossley (2003), por exemplo, defende que os conceitos centrais de Bourdieu (*habitus*, campo e capital) podem ser usados para enfrentar alguns dos sérios problemas das teorias sobre movimentos sociais. Apesar disso, poucos estudiosos do tema incorporaram os *insights* desse autor em suas análises que, tipicamente, focam na ação deliberada de atores, em recursos disponíveis e mobilizados, ou em oportunidades disponíveis no contexto social.

Um dos motivos pode ser a repetição, na abordagem de redes, de um fenômeno que constatamos em um artigo no qual revisamos as teorias sobre movimentos sociais: teorias abstraídas das organizações capitalistas do contexto norte-americano do século passado vêm sendo utilizadas para explicar os atuais movimentos sociais, muitas vezes anticapitalistas e em outros contextos (Misoczky, Flores e Goulart, 2008).

Há, também, um progressivo abandono do uso da estratégia discursiva da metáfora e da adoção de modelos analíticos. Essa passagem se encontra claramente expressa no próprio título dos artigos de Diani (2000, 2003a), quando o autor se refere à passagem da metáfora à teoria e, em outro, à passagem da metáfora à substância. Neste sentido, é interessante mencionar o alerta de Sheller (2000): o fato de que se consiga detectar, medir, modelar e representar matematicamente fenômenos como se fossem redes não significa que eles verdadeiramente/apenas/sempre sejam redes. Há nesse raciocínio uma discussão subjacente sobre a distinção entre a abordagem de redes como metáfora e a abordagem de redes como modelo analítico ou prescritivo.

4. Retomando a rede como metáfora e explorando outras metáforas

Goodman (1968:69) define metáfora como a aplicação de uma etiqueta familiar — cujo uso tem um passado — a um objeto novo que primeiramente resiste, mas depois cede. “Aplicar uma velha etiqueta de modo novo é ensinar novos caminhos para uma velha palavra. A metáfora é um idílio entre um predicado que tem um passado e um objeto que tudo cede, protestando.” Aqui, a metáfora está vinculada à referência, à transferência de relações, de predica-dos, de um objeto para outro.

Para ilustrar essa posição de Goodman, Ricoeur (2000:360) utiliza o exemplo de “falar sobre a sonoridade de uma pintura”, que “não é fazer emigrar um predicado isolado, mas assegurar a incursão de todo um reino sobre um território estrangeiro; o famoso ‘transporte’ torna-se uma migração concei-

tual, tal como uma expedição além-mar com armas e bagagens”. O interessante é que “a organização efetuada no reino estrangeiro é guiada pelo emprego da rede inteira do reino de origem; isso significa que a escolha do território de invasão é arbitrária (...), e o uso de etiquetas no novo campo de aplicação é regulado pela prática anterior”. Criticando essa perspectiva nominalista, segundo a qual a regra do emprego de etiquetas é a regra do precedente (Goodman, 1968), Ricoeur (2000) pergunta se faz sentido procurar a diferença entre o literal e o metafórico (uma pessoa e um quadro se assemelham quando estão tristes?).

As formulações de Black (1962:37) ajudam a responder a esta questão: “a metáfora cria a semelhança, mais que a encontra ou a exprime”. Black (1962) distingue metáforas e modelos, argumentando que, quanto à relação com o real, a metáfora é para a linguagem poética o que o modelo é para a linguagem científica.

Segundo Ricoeur (2000), um dos benefícios do uso de modelos reside na conexão entre função heurística e descrição: aos modelos corresponde descrever um domínio menos conhecido em função de relações com um domínio fictício melhor conhecido. A *mimesis* é, de fato, uma “redescrição lírica”, já que incorpora o elemento fictício da teoria no modelo para, então, aliar ficção e redescrição na experiência da realidade. A metáfora, por sua vez, é uma “estratégia de discurso pela qual a linguagem se despoja de sua função de descrição direta para aceder ao nível mítico no qual sua função de descoberta é liberada” (Ricoeur, 2000:376).

Permanece, ainda, o tema da “verdade metafórica”, a pergunta sobre o que significa a realidade. Ricoeur (2000:378-388) busca resolver essa questão por meio da teoria da tensão: entre conteúdo e veículo; entre interpretação literal e impertinência metafórica que faz sentido com o não sentido; entre identidade e diferença no jogo da semelhança. “A tensão seria entre um ‘é’ e um ‘não é’ (...) enfatiza o caráter paradoxal incontornável que se vincula a um conceito metafórico de verdade. O paradoxo consiste em que não há outro modo de fazer justiça à noção de verdade metafórica, senão incluindo o aguilhão crítico do ‘não é’.” Trata-se de confirmar a linguagem metafórica, acrescentado-lhe o índice crítico do “como se”.

Assim, a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas descrições têm de reapreender a realidade. A metáfora, usando a terminologia de Deleuze e Guattari (2004), abre possibilidades de interpretação, permite linhas de fuga do pensamento, novas e múltiplas conexões; o modelo, por sua vez, decalca e reproduz.

Retomando as formulações de Sheller (2000:3), a adoção do modelo de redes para estudar movimentos sociais “retira o movimento dos movimentos”, separa analiticamente um mapa conceitual da estrutura formal do movimento e de seu contexto das dinâmicas e do processo, produzindo instantâneos em séries temporais (para representar mudanças) e instantâneos sobre contextos (para representar diferenças). A autora sugere, em vez disso, que os movimentos sociais não são nem tão limitados no tempo nem tão delimitados pelo contexto.

Realizando estudos sociais sobre tecnologia, Law (2000) formula questionamentos e reflexões que, apesar de focados em seu objeto de estudo, merecem ser considerados também por aqueles que se interessam pelo estudo de movimentos sociais. Respondendo à pergunta sobre o que está correto na abordagem de redes, Law (2000:4-5) afirma que ela é, de fato, um modo de explorar e de falar sobre relacionamentos. Já a resposta à pergunta sobre o que está errado é:

Sem dúvida, muitas coisas. Mas me deixe mencionar três. A primeira tem a ver com hegemonia — ser dominante no discurso contemporâneo. A segunda tem a ver com cumplicidade e desempenho — quando descrevemos redes também estamos contribuindo para transformá-las em entes. A terceira articula as duas primeiras para sugerir que o caráter performático de muitas, mas não de todas, análises sociais de redes nos estudos de tecnologia, não é inocente, contribui para uma versão funcional das redes (e pessoas) que é politicamente difícil, se não detestável, e deveria, certamente, ser evitada.

Sobre o tema da hegemonia é interessante sua suposição de que esta se deve, ainda que em parte, ao desgaste do discurso sobre sistemas, até então dominante. A esta suposição se pode acrescentar que substituir sistemas por redes pode ser o mesmo que trocar seis por meia dúzia, já que ambas são versões funcionais e funcionalistas de relacionamentos. Ainda sobre a hegemonia, Law (2000:5) afirma que “atingimos um ponto em que todos os homens, mulheres, crianças e cachorros parecem estar falando sobre redes. Muitas dessas falas são notadas, primeiramente, por sua superficialidade. Além disso, superficiais ou não, muito do que expressam não é radicalmente relacional”.

O segundo aspecto é menos evidente: estaríamos em um processo de reproduzir de modo acrítico algum tipo de ideologia dominante. Estaríamos “reproduzindo os modos pelos quais o ordenamento do mundo gosta de se representar”, contribuindo para “reproduzir o modo pelo qual o mundo já

vem sendo produzido”. Essa cumplicidade se efetiva, segundo Law (2000:5-6), porque “estamos simplesmente descrevendo o mundo”.

Podemos estar corretos ou errados em nossas descrições, mas este é outro assunto. O mundo e suas relações estão esperando para ser descritos mais ou menos acurada e operacionalmente. Se ao contar histórias sobre o mundo também apoiamos o desempenho do que estamos descrevendo, então nenhuma descrição pode ser inocente. Cada descrição, não importa o quão sutil, tende a contribuir para produzir o que descreve.

Para concluir, Law (2000:7) reflete sobre a possibilidade de imaginar ordenamentos relacionais que desempenhem outras lógicas que produzam diferentes tipos de políticas e diferentes tipos de pessoas. Pessoas que não sejam “subjugadas por essas lógicas de meios e fins, projetos e metas que se impõem a nós pelo que podemos chamar da primeira e funcional onda de abordagens sobre relacionamentos”. A esperança, então, é de uma abordagem sobre relacionamentos que seja material, não fundacional e não funcionalista, que não exclua o político. Uma abordagem que, segundo Law (2000:8),

abra possibilidades para pensar e desempenhar realidades alternativas, versões alternativas do bom, sensibilidades alternativas ao outro. Uma que seja sensível às possibilidades criativas de um mundo em que o que costumávamos pensar em termos de sistemas, ou redes, ou projetos, ou pessoas, ou regras, não seja necessária e rigidamente consistente, centrada, e monovocal; mas que desempenhe, reflita e autorize coerências fracionadas e mutantes.

Ou seja, uma abordagem que abandone o decalque dos modelos e se abra e torne visível o novo, o impensado, preservando o caráter indispensável da teoria. Vale lembrar que a teoria pode ajudar a compreender o que não é aparente na superfície e a encontrar conexões, a entender o mundo e, portanto, mudá-lo (Nilsen e Cox, 2007).

Para que isso ocorra é preciso ter claro que conceitos e teorias não são fixos nem a-históricos. Pelo contrário, os conceitos e teorias são históricos e transitórios, tal como a realidade que se quer expressar por meio deles. Além disso, alguns conceitos são antecipadores, são expressões de uma realidade ainda não existente. Se não for assim, estaremos meramente reproduzindo o que já está concluído, sem condições de tratar as coisas presentes em sua conexão com o futuro, impossibilitados de ser ativos e solidários com o “bem que vem abrindo caminho” (Bloch, 2005:196).

Bourdieu (1996:118) chama esse ato de explorar a possibilidade de mudar o mundo, transformando a representação que dele se faz de “subversão herética”. Um dos caminhos para a realização dessa subversão herética pode vir da exploração de metáforas.

Sheller (2000), sem negar a análise de redes, propõe complementá-la com a *metáfora dos fluidos*, que permite captar os fluxos e a instabilidade estrutural que os movimentos sociais podem conter. Segundo a autora, novas perspectivas poderiam ser abertas pela *análise da fluidez*, que é atualmente encoberta pela análise de redes. Sheller (2000) propõe que algumas características dos movimentos sociais podem ser apreendidas com base nas seis características dos fluidos: (1) não têm um ponto claro de partida ou de chegada; (2) são canalizados ou contidos por certas estruturas; (3) possuem diferentes propriedades de viscosidade, forma e velocidade; (4) se movem de acordo com certas temporalidades, como em ondas; (5) escapam por fendas e brechas; (6) se difundem através de microprocessos de capilarização.

Sheller (2000) considera que as propriedades dos fluidos podem ser sugestivas de modos de análise que, combinando-se com a análise de redes em tensões produtivas, poderiam explicar fenômenos associados com a emergência, efeitos e resultados de movimentos sociais e, principalmente, permitir a percepção da espacialidade e temporalidade dos fluxos que caracterizam esses movimentos.

Com a mesma preocupação, de apreender o precário e o múltiplo, Alvarez, Dagnino e Escobar (1998:15) preferem a *metáfora da teia* ao termo redes, pois essa metáfora “permite imaginar vividamente a articulação, em múltiplos níveis, dos atores com o ambiente natural e com os espaços político-institucionais e discursivo-culturais nos quais estão inseridos”.

Deleuze e Guattari (2005), por sua vez, estão interessados em explorar princípios característicos das multiplicidades: seus elementos, que são as singularidades; suas relações, que são devires; seus acontecimentos, que são *hecceidades* (individuações sem sujeito); seus espaços-tempos, que são o espaço e o tempo livres; seu modo de realização, que é o rizoma; seu plano de composição, que constitui platôs (zonas de intensidade contínua); os vetores que as atravessam, que constituem territórios e graus de desterritorialização.

A *metáfora do rizoma*, compreendida como parte do arcabouço acima sintetizado, pode ser bastante coerente com o propósito de explorar as múltiplas emergências e devires dos movimentos sociais. Segundo Deleuze e Guattari (2005:15);

Um rizoma, como haste subterrânea, distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas. Plantas com raiz ou radícula podem ser rizomórficas num outro sentido completamente diferente: é uma

questão de saber se a botânica, em sua especificidade, não seria inteiramente rizomórfica. Até animais o são, sob sua forma de matilhas; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas suas funções de habitat, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura. O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros. Há o melhor e o pior no rizoma: a batata e a grama, a erva-daninha.

São as seguintes as características aproximativas do rizoma, apresentadas através de seus princípios organizadores (Deleuze e Guattari, 2005):

- ▼ conexão e heterogeneidade — qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo;
- ▼ multiplicidade — evidente somente quando o múltiplo é efetivamente tratado “como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem do mundo”, além disso, as multiplicidades se definem pelo fora, pela “linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem umas às outras”;
- ▼ ruptura não significativa — contra os cortes demasiado significantes que separam as estruturas, um rizoma pode ser rompido, quebrado em qualquer lugar e também retomado segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas, “todo rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar”;
- ▼ cartografia e decalcomania — um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo, por nenhuma unidade pivotante objetiva sobre a qual se organizam estados sucessivos, como no modelo representativo da árvore e seu princípio do decalque, reproduzível até o infinito, em vez disso, o rizoma “é mapa e não decalque”, “o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente”.

Resumamos os principais caracteres de um rizoma: diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados

de não signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao uno nem ao múltiplo. Ele não é o uno que se torna dois, nem é um múltiplo que deriva do uno, nem ao qual o uno se acrescentaria ($n+1$). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o uno é sempre subtraído ($n-1$). Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear. Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos ou posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre essas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentariedade, de estratificação, como dimensões, mas também linhas de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. (...) Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore-imagem, nem reprodução interna como estrutura-árvore. (...) O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre demonstrado, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga.

(Deleuze e Guattari, 2005:32)

As metáforas acima apresentadas são ilustrativas das potencialidades do uso dessa estratégia discursiva para a exploração de novas representações, para que se encontrem expressões antecipadoras que tornem visível o que está sendo produzido; para a imaginação de ordenamentos radicalmente relacionais que desempenhem suas próprias lógicas. As metáforas, abandonando a função de descrição direta vinculada aos modelos, permitem a descoberta e a abertura a devires criativos, o reconhecimento de multiplicidades e a libertação das representações cúmplices com o ordenamento hegemônico do mundo.

5. A título de conclusão, em tom de manifesto

A recorrência do uso da expressão rede pelos ativistas de movimentos sociais¹² indica que ela veio para ficar. Por isso é importante libertá-la das amarras de

¹² A este respeito ver, por exemplo, Rovira (2005); Routledge, Cumbers e Nativel (2007); um dos sítios do Exército Zapatista de Libertação Nacional: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/la-otra-campana/753>>; o sítio da organização Mídia Independente: <www.indymedia.org/pt/index.shtml>.

modelos que decalcam e, portanto, só permitem ver o que é idêntico à forma preconcebida. Formas estas que, em suas abordagens dominantes e revisadas na primeira parte deste artigo, são utilitaristas, racionalistas, empiricistas, despolitizadoras, aprisionadas na estrutura e fechadas ao inesperado, encobridoras das relações de poder e das artimanhas do seu exercício; legitimadoras da ordem estabelecida. Um caminho para a libertação da noção de redes é, portanto, o retorno à metáfora, recurso discursivo que possibilita a revelação de multiplicidades, deslocamentos e rupturas.

Outro é a subversão herética (Bourdieu, 1996), para a qual é imprescindível a crítica do senso comum, segundo as indicações de Wacquant (2004:2):

Parece-me que o mais frutífero pensamento crítico é aquele que se situa na confluência destas duas tradições (referindo-se à tradição marxista e à kantiana) e, assim, realiza a crítica social e epistemológica, questionando, de um modo ativo, contínuo e radical, tanto as formas estabelecidas de pensamento quanto as formas estabelecidas da vida coletiva — o “senso comum” ou doxa (...). O conhecimento dos determinantes sociais do pensamento é indispensável para libertar o pensamento (...) e, assim, nos colocar em uma posição de nos projetarmos mentalmente para fora do mundo como ele nos é dado, de modo a inventar, concretamente, outros futuros que não os já inscritos na ordem das coisas. Em resumo, o pensamento crítico é aquele que nos dá os meios para *pensar o mundo* como ele é e como *ele poderia ser*.

Para que a noção de redes possa ser usada de modo coerente quando os objetos de estudos forem movimentos sociais de contestação à reprodução dos ordenamentos do sistema do capital é preciso que ela própria seja libertada das amarras das abordagens teóricas produzidas por esses mesmos ordenamentos e para sua perpetuação. Portanto, não se trata de abandonar seu uso, mas de fazê-lo de modo crítico do senso comum em que o modismo atual a transformou, libertando-a para que não se transforme em obstáculo à experimentação no pensamento e na ação.

Referências

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. The cultural and the political in Latin American Social Movements. In: _____; _____; _____ (Eds.). *Cultures of*

politics/politics of cultures: re-visioning Latin American social movements. Oxford: Westview Press, 1998.

ANSELL, C. Community embeddedness and collaborative governance in the San Francisco bay area environmental movement. In: DIANI, Maria; McADAM, Doug (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

BECKER, G. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. 3. ed. Chicago: Chicago University Press, 1991.

BENNETT, W. L. Social movements beyond borders: understanding two eras. In: DELLA PORTA, D.; TARROW, S. (Eds.). *Transnational protest and global activism*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

BLACK, M. *Models and metaphors*. Itaha: Cornell University Press, 1962.

BLOCH, E. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, Uerj, 2005.

BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgment of taste*. London: Routledge, 1984.

_____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Las estructuras sociales de la economía*. Buenos Aires: Manantial, 2000a.

_____. *Los usos sociales de la ciência*. Buenos Aires: Inra, 2000b.

_____. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Esboço de autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____; WACQUANT, L. J. D. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *The internet galaxy: reflections on the internet, business and society*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. 95-120, 1988.

_____. *Foundations of social theory*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

_____. The rational reconstruction of society. *American Sociological Review*, v. 58, n. 6, p. 898-912, 1993.

_____. A rational choice perspective on economic sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press/The Russell Sage Foundation, 1994.

CROSSLEY, N. From reproduction to transformation: social movement fields and the radical habitus. *Theory, Culture & Society*, v. 20, n. 6, p. 43-68, 2003.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DIANI, M. Social movements and social capital: a network perspective on movement outcomes. *Mobilization*, v. 2, n. 2, p. 127-147, 1997.

_____. Networks and social movements: from metaphor to theory? In: CONFERENCE ON SOCIAL MOVEMENT ANALYSIS: THE NETWORK PERSPECTIVE. *Proceedings...* Loch Lomond, June 2000.

_____. Social movements, contentious actions, and social networks: from metaphor to substance? In: _____; McADAM, D. (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003a.

_____. 'Leaders' or brokers? Positions and influence in social movement networks. In: _____; McADAM, D. (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003b.

DELLA PORTA, D. Recruitment processes in clandestine political organizations: Italian left-wing terrorism. *International Social Movement Research*, n. 1, p. 155-169, 1988.

_____. Multiple belongings, tolerant identities, and the construction of "another politics": between the European Social Forum and the Local Social Fora. In: _____; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. Oxford: Blackwell, 2006.

_____. _____; TARROW, S. (Eds.). *Transnational protest and global activism*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

ELSTER, J. Marxism, functionalism and game theory the case for methodological individualism. *Theory and Society*, v. 11, n. 4, p. 453-482, 1982.

FINE, B. *Social capital versus social theory: political economy and social science at the turn of the millennium*. London: Routledge, 2001.

_____. They f**k you up those social capitalists. *Antipode*, v. 24, n. 4, p. 796-799, 2002.

FUKUYAMA, F. *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press, 1995.

GIRLING, J. *Social movements and symbolic power: radicalism, reform and the trial of democracy in France*. New York: Palgrave MacMillan, 2004.

GOODMAN, N. *Languages of art: an approach to a theory of symbols*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Co., 1968.

GRANOVETTER, M. *Economic institutions as social constructions: a framework for analysis*. *Acta Sociologica*, n. 35, p. 3-11, 1992.

_____. Business groups. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

GULATI, R.; GARGIULO, M. Where do interorganizational networks come from? *American Journal of Sociology*, n. 104, p. 1439-1493, 1999.

HIGGINS, S. S. *Os fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos Universitária, 2005.

KHAGRAM, S.; RIKER, J. V.; SIKKINK, K. From Santiago to Seattle: transnational advocacy groups restructuring world politics. In: _____; _____; _____ (Eds.). *Restructuring world politics: transnational social movements, networks, and norms*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

LAW, J. *Networks, relations, cyborgs: on the social study of technology*. Lancaster: CSS, 2000. Disponível em: <www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc042jl.html>. Acesso em: 10 nov. 2008.

LIN, N. Building a network theory of social capital. In: _____; COOK, K.; BURT, R. S. (Eds.). *Social capital: theory and research*. New York: Aldine de Gruyter, 2001.

_____. A network theory of social capital. 2005. Disponível em: <<http://sociology.nccu.edu.tw/Chinese/speech/paper-final-041605.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2005.

LINCOLN, Y.; GUBA, E. G. Paradigmatic controversies, contradictions and emerging conflicts. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). *Handbook of qualitative research: second edition*. London: Sage, 2000.

McADAM, D. Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements. In: DIANI, M.; _____ (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____; PAULSEN, R. Specifying the relationship between social ties and activism. *American Journal of Sociology*, n. 99, p. 640-667, 1993.

_____; SCOTT, W. R. Organizations and movements. In: DAVIS, G. F. et al. (Eds.). *Social movements and organization theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

NILSEN, A. G.; COX, L. Why do activists need theory? Disponível em: <www.euromovements.info/html/activist-needs-theory.htm>. Acesso em: 1 fev. 2007.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *Organizações & Sociedade*, v. 15, p. 181-194, 2008.

_____; _____. GOULART, S. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? *Cadernos Ebape.br*, v. 6, p. 1-14, 2008.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.

PASSY, F. Social network matter. But how? In: DIANI, Maria; McADAM, Doug (Eds.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

PINTO, J. de S. *Tópicos de matemática discreta*. Aveiro: Universidade do Aveiro, 2006.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

PUTNAN, R. D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

_____. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, v. 6, p. 65-78, 1995.

_____. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Shuster, 2000.

RICOUER, P. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROUTLEDGE, P.; CUMBERS, A.; NATIVEL, C. Grassrooting network imaginaries: relationality, power, and mutual solidarity in global justice networks. *Environment and Planning*, v. 39, p. 2572-2592, 2007.

ROVIRA, G. El zapatismo y la red transnacional. *Razón y Palabra*, 2005. Disponível em: <www.razonypalabra.org.mx/antiores/n47/grovira.html>. Acesso em: 24 maio 2009.

SCOTT, J. *Social network analysis: a handbook*. London: Sage, 1992.

SHELLER, M. From social networks to social flows: re-thinking the movement in social movements. In: SOCIAL MOVEMENT ANALYSIS: THE NETWORK PERSPECTIVE CONFERENCE. *Proceedings...* Ross Priory, Scotland, 2000. Disponível em: <www.nd.edu/~dmyers/lomond/sheller2.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2005.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. Palestra proferida na mesa-redonda: “A sociedade em rede e cibercultura”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ÉTICA E CIDADANIA. *Anais...* Curitiba, out. 2000.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHOLZ, C. W. Approaches do social capital: the emergence and transformation of a concept. In: AMERICAN SOCIOLOGY ASSOCIATION ANNUAL MEETING. *Proceedings...* 2003.

SMELSER, N. *Theory of collective behavior*. New York: Free Press, 1962.

SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. Introduction. In: _____; _____ (Eds.). *The sociology of economic life*. Princeton: Princeton Univeristy Press/The Russel Sage Foundation, 1992.

TARROW, S. The new transnational contention: organizations, coalitions, mechanisms “rooted cosmopolitans”. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING. *Proceedings...* Boston, 2002.

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. Reading: Addison-Wesley, 1978.

WACQUANT, L. Présentation du livre The sociology of economic life. *Cahier Internationaux de Sociologie*, v. 39, n. 93, p. 423-424, 1992.

_____. Critical though as solvent of doxa. *Constellations*, v. 11, n. 1, 2004. Disponível em : <http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/CRITICALSOLVDOXA.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2005.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WATKINS, J. Methodological individualims and the social tendencies. In: BROADBECK, M. (Ed.). *Readings in the philosophy of the social sciences*. London: Collier-Macmillan, 1968.